



RISCOS



HISTÓRIA E MEMÓRIA DO LUGAR DO FOGO NAS CIÊNCIAS DO TERRITÓRIO EM PORTUGAL:
TRÊS ENTREVISTAS COM RAQUEL SOEIRO DE BRITO, JOÃO FILIPE BUGALHO E JOÃO CASTRO CALDAS*

89

HISTORY AND MEMORY OF THE PLACE OF FIRE IN THE SCIENCES OF THE TERRITORY IN PORTUGAL:
THREE INTERVIEWS WITH RAQUEL SOEIRO DE BRITO, JOÃO FILIPE BUGALHO, AND JOÃO CASTRO CALDAS

Miguel Carmo

Universidade NOVA de Lisboa, Laboratório Associado IN2PAST (Portugal)
Instituto de História Contemporânea
ORCID 0000-0002-4784-5997 miguelcarmo@fcs.unl.pt

Frederico Ágoas

Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)
ORCID 0000-0001-7045-7688 fagoas@fcs.unl.pt

José Miguel Ferreira

Universidade NOVA de Lisboa, Laboratório Associado IN2PAST (Portugal)
Instituto de História Contemporânea
ORCID 0000-0002-3855-5410 josemoura@fcs.unl.pt

Inês Gomes

Universidade NOVA de Lisboa, Laboratório Associado IN2PAST (Portugal)
Instituto de História Contemporânea
ORCID 0000-0001-9210-9959 gomes.ida@gmail.com

RESUMO

No âmbito do projeto de investigação *FIREUSES – Paisagens de fogo: uma história política e ambiental dos grandes incêndios em Portugal*, decorrido na Universidade Nova de Lisboa entre 2022 e 2025, foi realizada uma série de entrevistas a três professores e investigadores que trabalharam ao longo da segunda metade do século XX nas áreas da geografia, silvicultura e agronomia: Raquel Soeiro de Brito, João Filipe Bugalho e João Castro Caldas. Com estas conversas procurou-se, em primeiro lugar, entender a relação histórica destes campos de conhecimento com o tema dos incêndios e dos usos do fogo no espaço rural. No seu conjunto, estas três entrevistas permitiram também aceder a memórias pessoais e familiares sobre um momento da vida nos campos e serras, em diferentes regiões de Portugal, em que o fogo tinha significados muito diferentes dos atuais.

Palavras-chave: Incêndios rurais, História do fogo, Geografia, Silvicultura, Agronomia.

ABSTRACT

As part of the research project *FIREUSES – Burning landscapes: A political and environmental history of the large wildfires in Portugal*, carried out at Universidade Nova de Lisboa between 2022 and 2025, a series of interviews was conducted with three professors and researchers who worked throughout the second half of the 20th century in the fields of geography, forestry, and agronomy: Raquel Soeiro de Brito, João Filipe Bugalho e João Castro Caldas. The primary aim of these conversations was to understand the historical relationship between these fields of knowledge and the issue of wildfires and the use of fire in rural areas. Taken together, these three interviews also provided insight into personal and family memories of a time in rural life in different regions of Portugal when fire had very different meanings from today.

Keywords: Rural fires, History of fire, Geography, Forestry, Agronomy.

* O texto desta entrevista foi submetido em 21-04-2026, sujeito a revisão por pares a 21-04-2026 e aceite para publicação em 21-05-2026.

Esta entrevista é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 33 (I), 2026, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

Introdução

As três entrevistas aqui publicadas inserem-se na investigação realizada no contexto do projeto de investigação *FIREUSES – Paisagens de fogo: uma história política e ambiental dos grandes incêndios em Portugal*, decorrido entre 2022 e 2025. Acolhido no Instituto de História Contemporânea (IHC – NOVA FCSH / IN2PAST), o projeto FIREUSES contou com o apoio de cinco municípios – Moimenta da Beira, Sernancelhe, Vila Nova de Paiva, Silves e Monchique –, do Instituto Superior de Agronomia e da produtora de cinema TERRATREME, que colaborou na gravação desta série de entrevistas. A partir de diferentes práticas científicas, da história às ciências ecológicas, a equipa do projeto procurou entender a emergência e desenvolvimento do regime de grandes incêndios no Portugal contemporâneo. A pesquisa incidiu sobre fundos documentais diversos, de âmbito nacional, regional e local, e na recolha sistemática de fontes orais em dois estudos de caso: a serra de Monchique, a sul, e o planalto montanhoso entre Lapa e Leomil, no distrito de Viseu. Esta abordagem multidisciplinar e comparativa permitiu explorar, do ponto de vista da evolução dos incêndios e das atitudes face ao fogo, quer uma história política e científica nacional, quer a transformação rural em dois territórios de montanha muito distintos¹.

Com o título de *História e memória do lugar do fogo nas ciências do território em Portugal*, esta série de conversas pretendeu, em primeiro lugar, mapear a inscrição do tema dos incêndios e dos usos do fogo no espaço rural nos quadros de pesquisa, nos currículos académicos e, de modo geral, nas preocupações científicas de três disciplinas centrais na construção de conhecimento sobre o território português ao longo do século XX: a geografia, a silvicultura e a agronomia. Em segundo lugar, procurou-se alargar o foco académico e profissional à memória da transformação das paisagens rurais, a partir da experiência de vida e familiar dos entrevistados em diferentes regiões do país. Como se verá, esta atenção ofereceu dados e reflexões importantes que, sem deixarem de estar intimamente ligadas ao exercício da profissão, contribuem para uma história do fogo em Portugal e, em particular, para entender o aparecimento de um novo regime de fogo, caracterizado por incêndios de grande dimensão e impacto social e ecológico. Neste sentido, representam uma forma de memória social do fogo que permite enriquecer as perspetivas recentes que têm procurado explorar conjuntamente a ecologia e a história do fogo como via de compreensão do atual regime de grandes incêndios.

Os entrevistados são três professores e investigadores que partilharam connosco, de forma generosa e interessada, conhecimentos e memórias provenientes maioritariamente do seu percurso académico, entre a licenciatura e os dias de hoje. Para além de oferecerem resposta a muitas das questões e dúvidas relativas ao entendimento do fogo nos diferentes campos científicos, estas três entrevistas desenham também, em traços largos, contributos para uma história da geografia, da agronomia e da silvicultura portuguesas. Ficou claro, desde logo, que o olhar dirigido ao fogo, nos seus vários aspetos, desenvolveu-se através de cronologias e enfoques substancialmente distintos nas diferentes disciplinas. As conversas seguiram um modelo de entrevista semiestruturada a partir de guiões preparados pela equipa de projeto, tendo sido posteriormente transcritas e finalmente revistas pelos entrevistados.

A primeira entrevistada é a geógrafa Raquel Soeiro de Brito, professora catedrática jubilada da Universidade Nova de Lisboa. Licenciada na Universidade de Lisboa e, mais tarde, a primeira mulher a obter um doutoramento em geografia numa universidade portuguesa, o seu percurso académico foi marcado pela experiência formadora no Congresso Internacional de Geografia de 1949, em Lisboa, pela investigação junto dos geógrafos Mariano Feio e Orlando Ribeiro, pelo percurso profissional em territórios das ex-colónias portuguesas na década de 1960 e, a partir do final da década de 1970, na fundação do departamento de geografia na Universidade Nova de Lisboa.

Na entrevista, Raquel Soeiro de Brito começa por recordar um grande incêndio numa área de pinhal em Viana do Castelo, que se encaminhava para o Monte de Santa Luzia alimentado por um “*vento muito forte, vento de norte*”. O evento marcaria a sua infância nos anos 1930. Entre este momento e a década de 1970, quando os incêndios rurais se tornam uma realidade cada vez mais preocupante e mediática, percorre-se o lugar do fogo nos trabalhos do referido Congresso Internacional de Geografia, o seu papel complementar, ou acidental, nos temas e quadros que compõem a geografia portuguesa de meados do século passado (“*o fogo como acontecimento geográfico tinha muito pouca importância*”) e, ainda, a descoberta, ao longo da década de 1960, do uso do fogo como elemento constitutivo da agricultura em territórios coloniais portugueses, onde era “*habitual pegar fogo, fazer grandes queimadas à moda do Alentejo*”.

Na entrevista com João Filipe Bugalho, engenheiro silvicultor e professor jubilado do Instituto Superior de Agronomia, acede-se, com muito detalhe, à relação da silvicultura portuguesa com o uso do fogo. Licenciado em 1965, foi professor convidado de Cinética e Conservação dos Recursos Naturais no Instituto Superior de Agronomia, Diretor dos Serviços de Caça e Sub-Diretor

¹ Para conhecer o projeto FIREUSES, a metodologia usada, as atividades realizadas e os seus principais resultados, consultar a página do projeto: <https://projetos.dhlab.fcs.unl.pt/s/fireuses/page/inicio>

Geral das Florestas. O relato das suas memórias leva-nos da sua infância e juventude no Alto Alentejo, onde não recorda a ocorrência de incêndios rurais (embora o fogo estivesse muito presente), à sua integração nos Serviços Florestais no final da licenciatura, quando começaria a interessar-se pelo tema.

Inicialmente encarregue de trabalhos pioneiros relacionados com o recenseamento de aves, acabaria por acompanhar, já na década de 1970, a visita a Portugal de alguns especialistas internacionais em ecologia do fogo, como David Klein e o casal Betty e Edwin Komarek. Até então, “*o fogo era o inimigo número um dos silvicultores e só se falava do fogo da perspectiva de incêndio*”. As primeiras experiências de fogo controlado no Parque Nacional do Gerês ajudariam então a impor uma visão matizada do uso do fogo entre uma nova geração de silvicultores portugueses, onde, como refere, se destacam os nomes de Joaquim Moreira da Silva e Francisco Castro Rego.

Na última entrevista desta série, com João Castro Caldas, engenheiro agrónomo e professor catedrático jubilado do Instituto Superior de Agronomia, recuamos no tempo pelo norte e centro do interior rural de Portugal até meados do século XX, quando “*toda a carga combustível era consumida pelas comunidades agrícolas e pastoris*”. Licenciado no final da década de 1960 no Instituto Superior de Agronomia, no qual se doutorou em 1988, dedicou-se ao estudo das políticas de Colonização Interna do Estado Novo (1936-1974) e aos regimes de parceria na exploração agrícola no sul do país. Das memórias das férias escolares passadas entre a Lousã e Arcos de Valdevez despontam recordações vivas das queimadas agrícolas, que todos os verões pontuavam os cumes das serranias, e do fabrico generalizado de carvão para consumo doméstico. O pinhal era então uma reserva de recursos para populações que viviam em condições económicas e sociais muito duras.

O despovoamento destes territórios decorre a par da própria florestação imposta pelo Estado Novo e da ocorrência dos primeiros grandes incêndios, já na década de 1960, num contexto em que “*o engenheiro silvicultor tinha um poder quase militar localmente*”. A conversa em torno do lançamento recente da obra *As Casas e as Famílias: Entre Douro e Minho depois do Inquérito à Habitação Rural (1943)*, em que colaborou, permite-nos regressar ao presente e procurar aferir por um momento o que realmente mudou nestas paisagens, nos últimos oitenta anos, por força da emigração, da democracia e do turismo.

No seu conjunto, estas entrevistas constituíram verdadeiras sessões de trabalho assentes na recolha e partilha de informação, na discussão viva de hipóteses de trabalho e no desenvolvimento de caminhos de pesquisa. Porventura mais do que leituras de conjunto sobre a abordagem ao fogo nas disciplinas em causa, das conversas transcritas abaixo sobressaem situações e episódios

relatados na primeira pessoa que nos transportam para certas conjunturas da história daqueles saberes técnico-científicos, onde o fogo é protagonista pela sua ausência tanto quanto pela sua presença. Transportam-nos, ainda, para um momento da vida nos campos em que o lume tinha significados muito distintos dos atuais, operando simultaneamente como ferramenta agro-pastoril, como presença discreta e assídua no quotidiano doméstico das aldeias e como ameaça ocasional.

Vale a pena notar, contudo, a convergência das três narrativas quanto a dois aspetos fundamentais: por um lado, a prevalência das queimadas sazonais como prática habitual e integrada nas rotinas agrícolas e pastoris e, por outro, a raridade relativa dos incêndios enquanto problema social reconhecido nas paisagens predominantemente agrícolas do interior. As razões estruturais que viriam a conduzir à transformação do regime de fogo — expansão das áreas arborizadas, progressiva proibição ou estigmatização das práticas tradicionais de queima e consequente abandono do fogo enquanto ferramenta agro-pastoril, a acumulação de biomassa combustível como consequência do esvaziamento rural e, finalmente, o desenvolvimento planetário das alterações climáticas — estão também presentes de forma clara no conjunto das reflexões que se seguem, em linha com os resultados do projeto FIREUSES.

Quanto ao lugar do fogo nas três áreas disciplinares, as entrevistas revelam omissões persistentes. Na geografia, as descrições pontuais de práticas agrícolas que implicavam a utilização do fogo, presentes em vários trabalhos de referência de meados do século passado, não terão sido suficientes para contrariar um desinteresse mais ou menos generalizado da disciplina pela questão dos usos do fogo e dos incêndios. No Instituto Superior de Agronomia, a situação não seria muito diferente: os usos do fogo não estavam contemplados no ensino da agronomia e da silvicultura, e mesmo os primeiros grandes incêndios da década de 1960 — como o de Sintra (1966), reiteradamente mencionado nas entrevistas — não motivaram alterações curriculares significativas.

O desenvolvimento de um conhecimento técnico sobre incêndios, largamente adverso às queimas e queimadas, acabaria por ocorrer sobretudo nos Serviços Florestais, em meados do século passado. Perspetivas mais matizadas a este respeito emergem, no mesmo contexto institucional, a partir da viragem para a década de 1970 através de figuras como José Lagrifa Mendes, Lino Teixeira e Joaquim Moreira da Silva, sob a égide de novas perspetivas ecológicas sobre a floresta com origem nos Estados Unidos da América. No campo da geografia, terá sido já na década de 1980 que se desenvolveu uma atenção mais sistemática à questão dos incêndios, focada no risco e monitorização meteorológica, pela mão de Luciano Lourenço, geógrafo e hoje professor jubilado da Universidade de Coimbra.

Esta série de entrevistas centrou-se nas ciências que se dedicaram a inquirir, mapear e intervir no território português e poderá, naturalmente, ser continuada através da botânica e das ciências ecológicas, tendo em vista a reconstituição histórica do olhar profissional deste campo de estudo e a identificação, por exemplo, da inclusão gradual do fogo como fator ecológico na compreensão da formação e fitossociologia dos biomas mediterrânicos. No campo das ciências sociais seria igualmente proveitoso entrevistar antropólogos e etnógrafos que se dedicaram ao território rural ao longo do século XX, pensando, por exemplo, no legado dos trabalhos de recolha e sistematização de práticas e técnicas agrícolas em desaparecimento, realizados em meados do século XX no momento em que o regime de fogo começara a mudar. Por fim, no campo da historiografia, seria importante indagar a rica história social e económica que se debruçou sobre a transformação das realidades rurais e agrícolas em Portugal e procurar eventuais efeitos, ou ausências, no entendimento das transições do fogo.

"O fogo, claro, aparecia sistematicamente"

Entrevista com Raquel Soeiro de Brito

Miguel Carmo (MC): Bom dia. Gostaríamos de começar com uma primeira secção de algumas notas biográficas sobre a Professora Raquel e o seu percurso na infância e juventude.

Raquel Soeiro de Brito (RSB): Bom, eu nasci em Elvas, em 1925. De Elvas, muito pequena, fui para Évora. Sou de uma família de militares. A família toda é de militares. E os militares andam sempre de sítio para sítio, à medida do que é preciso. De Évora, por circunstâncias várias, fui parar ao Porto. Do Porto vim para Paço de Arcos. De Paço de Arcos, voltei para o Porto e para Viana do Castelo. E foi em Viana do Castelo, praticamente, que eu cresci. Porque os outros pontos todos foram coisas passageiras de vida de militares. Em Viana estabiltizei e estive dos seis anos até aos doze. Portanto, foi já um tempo... É daí que eu tenho as maiores recordações. E foi aí que eu tenho para mim mesma que começou a minha vida de geógrafa. Por uma razão muito simples. Eu era uma miúda relativamente agitada e relativamente atrevida. E seguia o meu padrinho, que era nessa altura um dos responsáveis da carta [militar] de 1:25 000. Isto passa-se, portanto, nos anos 1930. Era o começo da carta militar. Eu andava por ali, via, conhecia aqueles aparelhos todos. Espreitava e via as pranchetas, olhava para aquilo, ficava muito curiosa e achava que era muito engraçado.

Depois dos 12 anos vim para Lisboa. E em Lisboa concretizei a ideia de ser geógrafa. Com escândalo para quase toda a família. Porque, primeiro, não sabiam muito bem o que era ser geógrafo. Depois aquele negócio de metade do curso ser na Faculdade de Ciências e a outra metade na Faculdade de Letras parecia-lhes uma

coisa esquisita. Mas eu fui e pronto. Quando fiz a tese de licenciatura, foi o Professor Mariano Feio que me ajudou a ir para o norte, porque a minha intenção inicial era ficar no sul. Ele tinha feito uma excursão de estudo, um trabalho sobre as montanhas do norte e disse-me: "Olha, Raquel, é uma coisa estupenda para ti e eu acho que devias fazer isso em vez do Alentejo". Eu fiquei assim a olhar para ele, fui para o mapa, e achei que realmente era uma coisa interessante e muito mais divertida do que o Alentejo. E assim foi. Fiz o estudo sobre o Soajo [*Uma aldeia da montanha do Minho: O Soajo. Estudo de Geografia Humana*, 1953].

Ana Isabel Queiroz (AIQ): Essa formação que os geógrafos tinham decorria então em duas faculdades? Faculdade de Ciências, primeiro, e depois Faculdade de Letras. Isso refletiu-se na forma como aborda a disciplina?

RSB: Para mim a geografia é um todo. Não há geografia daqui e geografia de acolá. Há especialidades, mas um geógrafo tem que ter a globalidade. E a globalidade começa pela geografia física. A atmosfera, a física na terra, com os problemas todos de vulcanologia, petrografia, tudo isso. E depois disso vêm, primeiro, as flores, as árvores, essa coisa toda, e finalmente os bichos e os humanos. O homem é o último bicho e por isso é que é tão mau às vezes. Mas isto é um conjunto. Isto é que é a geografia. É evidente que uma pessoa não pode estudar o mundo inteiro de uma vez só. Vai estudando aos bocados, com coerência. E essa coerência, para mim, é a geografia.

MC: Falou da licenciatura em geografia em Lisboa. Lembra-se se o tema da floresta era uma questão que surgia nas discussões ou nas disciplinas?

RSB: Era. Até porque a minha tese de licenciatura, como referi, foi na área do Soajo. Mas a área do Soajo não é a aldeia do Soajo. É a área onde o Soajo está implantado. Portanto, é uma área de pinheiro. E depois alarguei à serra do Soajo, mais para leste, onde o pinheiro continuava. O pinheiro e a ervagem para o gado, o pasto. Pinheiro e pasto. Aliás, num conjunto que eu acho muito bonito e muito certo, que é a alternância da vida das pessoas, entre o pasto e as outras culturas, incluindo a serra. Porque a serra era uma parte integrante da vida das pessoas. Aproveitavam a rama, as raízes, as folhas. Isso tudo. Não só para o gado, como para eles próprios. Hoje já há muito gás nestas aldeias. Suponho mesmo que em todas há gás e eletricidade. Mas naquele tempo não havia nem uma coisa, nem outra. Portanto, a árvore era fundamental, não só para o solo, para o gado, como para as pessoas. Cujo lume, cujo fogo, era proveniente das árvores. E o pinheiro era a árvore principal ali.

Depois, já com a licenciatura feita, quando estudei a área de Mira [distrito de Coimbra], apanhei em pleno a reabilitação das areias, para a cultura do pinheiro e de

outras árvores, principalmente, mimosas, de que há não sei quantas variedades. A principal era aquela que tem as flores pequeninas e de um amarelo muito carregado. Andavam ranchos de mulheres a fazer a plantação. Viam-me a mim e era: “Esta é fiscal. Se não é fiscal, é engenheira”. E, portanto, eu nunca fui tratada como geógrafa, porque as pessoas também não sabiam o que era. Era a senhora engenheira. A senhora engenheira da floresta. E, portanto, a floresta andou sempre comigo. Primeiro por a ver, depois por perceber a importância que ela tinha, depois por a ver fazer, por a ver nascer. Isso foi uma coisa para mim muito importante.

Quanto aos fogos, sempre ouvi falar e vi fogos na floresta. Fogos em casas, fogos nas aldeias, fogos nos campos. E nas florestas. A primeira vez que eu me lembro foi um incêndio enorme no Monte de Santa Luzia. Por detrás do Monte de Santa Luzia, em Viana do Castelo. Toda a gente estava cheia de medo, porque é uma área muito ventosa, com um vento muito forte, vento de norte. O fogo começou a norte e temia-se que chegasse ao santuário, que tinha acabado de ser construído não havia muito tempo. E as pessoas estavam todas muito preocupadas. Até porque, uma vez chegando ao santuário, rapidamente estava na cidade. Esse foi o primeiro grande fogo a que eu assisti. Tão grande que os militares, artilharia de costa, entraram em ação. E foram eles que foram apagar o fogo. Porque, é claro, quem começou a tentar apagar o fogo, e não conseguiu, foram os bombeiros. Sou incapaz de lhe dizer o ano exato, mas foi entre os meus sete e os meus onze anos.

AIQ: No que diz respeito ao seu trabalho de campo no Soajo, na sua tese de licenciatura fala da substituição dos carvalhos e castanheiros por pinheiros, que atribuiu a três causas: os cortes excessivos, as doenças e os incêndios. Portanto, na serra do Soajo encontrou novamente os incêndios na floresta?

RSB: Sim. Não os vi diretamente, mas tive conhecimento deles.

AIQ: E quais eram as causas desses fogos?

RSB: Provavelmente, eram causados pelos guardadores do gado, que não é o mesmo que um pastor. Porque eles precisavam de acender o fogo para a sua própria alimentação. E muito facilmente se propaga o fogo. O pastor é um homem que está ao serviço do gado. Que o guarda, que vai com ele, que o acompanha. Por exemplo, os pastores da serra da Estrela, se calhar ainda existem, que são pastores do campo, da planície, e que durante o verão, ou começo da primavera, sobem à serra acompanhados pelo gado e pelos cães de guarda. Isto é para mim o pastor, que está ao serviço do gado. Desloca-se da sua casa, desloca-se da sua família, para acompanhar o gado. Para tratar do gado. Ali não, o guardador de gado é uma coisa diferente. São

sujeitos que estão na sua casa, que durante o inverno, na planície, guardam o gado nas casas, ou muito na proximidade das casas, e que assim que começa o bom tempo abrem as portas e o gado sobe a montanha. Tem o campo aberto e esse campo é das aldeias. E, portanto, o gado ia pastar, completamente à solta, e depois vinham-no buscar.

MC: Voltando a esse incêndio de Viana do Castelo, na sua infância, lembra-se do que é que ardeu?

RSB: Só me lembro de ver as labaredas. O que ardeu foram pinheiros. Que eu tivesse sabido, não foi outra coisa senão pinheiros.

MC: De quem eram esses pinheiros?

RSB: Boa pergunta. Grande parte dos pinheiros eram, como é que eu hei-de dizer, eram de pessoas, que sabiam: “Este pinheiro é meu, aquele é de outro”. E a outra parte eram da aldeia ou, muitas vezes, de grupos de aldeias. Vamos dizer, numa palavra de hoje, eram da comunidade. Isso era uma coisa muito importante, porque quando havia um fogo as pessoas iam ajudar. Não era esta ou aquela, não era o dono, era um grupo. Era um grupo de pessoas, um grupo de aldeãos, que iam acudir.

MC: A primeira edição de *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico*, de Orlando Ribeiro, foi publicada em 1946, quando a Professora já estava na licenciatura. O relatório *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, de Mariano Feio, é de 1949 e resulta de uma excursão organizada no âmbito do Congresso Internacional de Geografia decorrido em Lisboa em 1949, na qual a Professora também participou. Pensando no contexto do congresso e destas duas obras, consegue dar-nos uma ideia de qual era o lugar do fogo na geografia portuguesa na década de 1940?

RSB: O primeiro Congresso Internacional de Geografia após a II Guerra Mundial, que o Professor Orlando promoveu e organizou, foi uma vitória. Como é que eu intervenho? Intervenho porque não tinha o que fazer, a tese já estava feita, e eu disse: “Há alguma coisa que eu possa fazer? Posso fazer isto, posso fazer aquilo”. O que é certo é que todos me apanharam. E por esta razão eu interfeirei em todos os trabalhos de campo do congresso. E, portanto, isto foi a minha geografia de campo, dirigida pelos maiores professores que havia naquele momento. Não foi assim que eu comecei a ser feliz, mas foi assim que comecei a ser geógrafa [risos]. Sobre o fogo, eu posso estar completamente enganada, mas as pessoas estavam-se nas tintas para o fogo. Ninguém se preocupava com os incêndios. O fogo aparecia, porque aparecia. Mas ninguém se preocupava com a forma como aparecia, as consequências que trazia e isso tudo. Era uma coisa marginal.

MC: Muito bem. No entanto, o livro de Mariano Feio tem uma seção sobre a economia agrícola no sul, onde se descrevem práticas agrícolas que incluíam o fogo,

tanto atuais, à época, como anteriores. Para o Baixo Alentejo, por exemplo, são descritas as roças, que são práticas de corte e queima do mato prévias aos cultivos; as moreias, que são uns cordões de amontoados de mato cortado que são posteriormente queimados sobre os campos a semear; e ainda, nas zonas mais pobres das serras de Mértola e Serpa, queimadas de mato, sobre as quais se fazia uma sementeira única, sem lavra, e o campo era novamente abandonado durante 10 ou 20 anos. O que nós entendemos da leitura desta bibliografia é que os incêndios são pouco referidos, mas as práticas de fogo em contexto agrícola vão aparecendo em alguns trabalhos.

RSB: Teoricamente devem aparecer em todos. Porque era uma prática comum. E daí também haver alguns incêndios. Bastava que o vento fosse mais forte ou que uma faúlha fosse não sei para onde, com o terreno muito seco e com o restolho muito seco, pegava fogo muito rápido. E ainda falta uma coisa que é o fogo para carvão, especialmente das azinheiras. Isso eram os carvoeiros que, quando se fazia uma poda, eles apanhavam a poda, faziam uns montes relativamente grandes e pegavam fogo.

MC: Identificámos aqui esse primeiro incêndio da sua infância, em Viana do Castelo. Lembra-se, mais tarde, já em Lisboa, quando é que se voltou a deparar com incêndios de grande dimensão?

RSB: Na serra de Sintra. Que eu me lembre, assim de cor, houve dois grandes incêndios em Sintra.

MC: E recorda-se se esses incêndios tiveram alguma repercussão nas discussões dentro da geografia, ao nível da problematização do fogo?

RSB: Não. O fogo como acontecimento geográfico tinha muito pouca importância. Nunca vi os geógrafos muito interessados na questão do fogo.

MC: A partir de 1960 passou a lecionar no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Durante essa década trabalhou sobretudo em territórios que eram então colónias portuguesas na Ásia e em África, nas missões promovidas pela Junta de Investigações do Ultramar. Pode falar-nos um pouco desses trabalhos fora de Portugal? E também se, de alguma forma, se cruzou com o tema dos usos agrícolas do fogo?

RSB: Os anos 60 foram para mim anos em que eu não vivi em Portugal. Ou melhor, em que eu não trabalhei geograficamente em Portugal e estive em contextos completamente diferentes. O fogo, claro, aparecia sistematicamente. Primeiro, porque era a maneira de as populações poderem trabalhar, de poderem alargar as áreas de cultivo. Derrubavam e pegavam fogo. Por outro lado, mesmo nas próprias culturas, era habitual pegar fogo, fazer grandes queimadas, à moda do

Alentejo. Quando as colheitas eram feitas e o gado já tinha comido aquilo que podia, a maior parte das vezes queimava-se. Nos sítios em que não se queimava, faziam-se cambões e virava-se a terra. Isto era especialmente importante na Guiné, nas terras de arroz. Acabava-se a colheita do arroz, às vezes punha-se algum gado, mas não muito, porque quem tinha arroz tinha pouco gado, e depois abriam-se esteiros e virava-se a terra. Aí as queimadas praticamente não se realizavam. Agora, nos outros terrenos era sistemático. Às vezes prolongavam-se, outras não. As queimadas mais estrondosas que vi foram na Índia. Era um espanto. Víamos aquelas árvores fantásticas, enormes, cair com o fogo. Era uma coisa maleficamente linda.

MC: Essas queimadas na Guiné-Bissau, consegue-nos explicar um pouco como é que eram feitas ou qual era o seu objetivo?

RSB: O objetivo era limpar os terrenos e, de certo modo, ser mais fácil revolver a terra para a nova colheita. Essencialmente para o cultivo de milho. Ou, noutras regiões, para espécies de exportação.

MC: Regressando a Portugal, nas recolhas que temos feito no Instituto Superior de Agronomia, percebemos que os incêndios florestais surgem como tema em trabalhos finais de curso nos anos 1950 e, decididamente, de 1960 em diante. Do que entendemos, este aparecimento do fogo na silvicultura deveu-se, em primeiro lugar, à expansão da floresta em Portugal...

RSB: Desculpe interrompê-lo. Não acha que foi uma época em que grande parte desses grandes incêndios foram provocados?

MC: Devolvo a pergunta à Professora. O que é que acha disso?

RSB: Uma vez mais, não tenho conhecimento científico a esse respeito. Mas, por conversas e por conhecimentos pessoais, alguns deles, sobretudo no centro do país, foram provocados deliberadamente. Mas isso já na década de 1970.

MC e AIQ: Tem alguma história em concreto de que se recorde? Nós encontramos, para a primeira metade da década de 1960, algumas circulares do Ministério do Interior que pediam a colaboração das autoridades locais na identificação das causas dos incêndios e que sugeriam usos políticos do fogo associados a reivindicações populares. Parece ser um período marcante na forma como o estado passou a olhar para o fogo.

RSB: Eu estava a pensar se era possível relacionar esses grandes fogos da década de 1960, que vocês encontraram, com a oposição à florestação e à constituição de grandes unidades, a que muito agricultor se opunha, e se opôs. Não deve ser impossível. É um período de certa agitação, é um período em que as pessoas se revoltam. É o começo das guerras em África. E isso foi muito problemático. É

muito possível que sim. Mas não tenho documentação. Foi o começo de uma transformação importante no nosso país e, como todas as mudanças importantes, causou atritos. E lembro-me, sou incapaz de dizer o ano, quando começou aquela grande fábrica de papel ali no sul da Beira, fez-se uma grande plantação de eucalipto, isso perturbou muita gente. E houve grandes incêndios nessa altura. Se não fosse diretamente contra a implantação da fábrica, era imediatamente anterior em resultado da extensão da área de eucalipto.

MC: Cara Professora, muito obrigado. Agradecemos, muito sinceramente, a possibilidade desta conversa, a informação que nos passou e a viva discussão em torno destes temas do fogo e dos incêndios em Portugal.

"Na minha infância não havia incêndios rurais"
Entrevista com João Filipe bugalho

Frederico Ágoas (FA): O Professor João Bugalho nasceu e cresceu no Alto Alentejo. Que memórias guarda dos usos do fogo na região? E da ocorrência de incêndios rurais?

João Filipe Bugalho (JFB): Na minha infância não havia incêndios rurais. Por um lado, havia uma agricultura mais intensa. Mas havia uma coisa muito normal, que eram as queimadas de outono. Lembro-me muito bem em miúdo, quando chegávamos ao fim de setembro, princípio de outubro, com as primeiras chuvas começavam as queimadas. E isso estava muito relacionado com a agricultura. Quer com a cultura dos cereais — naquela região era sobretudo o centeio, numa ou noutra terra melhor o trigo — quer, principalmente, com o pastoreio. Porque o fogo é um elemento fundamental para renovar a pastagem. Era um uso tradicional. A minha região de Castelo de Vide, embora ainda seja Alentejo, é já uma transição para a Beira, e, portanto, a propriedade é mais pequena do que de Portalegre para sul. E era habitual que os pequenos agricultores se entreajudassem. Reuniam-se e iam fazer o fogo numa determinada propriedade. Depois, no dia seguinte, os dessa propriedade iam ajudar os outros na propriedade ao lado. Naquela altura, as queimadas eram uma coisa normal [risos]. A gente via fumo e não alterava nada. Pensava-se: “mais uma queimada”. Com a saída das pessoas da região, a agricultura reduziu-se muito. Julgo que na minha infância Castelo de Vide teria entre 7000 a 8000 habitantes e agora tem entre 2000 e 3000. Quando se reduziu, ficou concentrada sobretudo nas melhores terras. Portanto, quando começam a aparecer a serra e os afloramentos rochosos, a agricultura deixa de se fazer. E o mato começa a crescer aí com intensidade.

Ao lado temos a serra de São Mamede, onde ainda há menos agricultura e onde houve arborizações feitas pelos Serviços Florestais e por particulares. E, portanto, o coberto da serra transformou-se muito. Há uma

transformação que eu acho que é muito importante do ponto de vista dos incêndios, que é o facto de o pinheiro-bravo ser muito fácil de cultivar. Basta deitar a semente ao chão e depois ele cresce. E isso tem levado a que, em algumas zonas, as manchas de pinheiro-bravo tenham alastrado. Por outro lado, muitas vezes as zonas de solos mais pobres estão cheias de esteva ou de outros matos, mas principalmente a esteva. É curioso, não sei se alguma vez experimentaram pôr um ramo de esteva ao lume. Custa muito a começar a arder, está ali que tempos, depois começa a libertar aquelas essências oleosas e, de repente, “explode”. Como, aliás, as oliveiras e os zambujeiros, que também explodem de repente. Estão ali que tempos a suportar o fogo e quando chega ao limite em que se incendiam os óleos, é mesmo um estouro.

FA: Mais tarde veio para Lisboa e fez a sua formação em silvicultura no Instituto Superior de Agronomia, na década de 1960. Qual foi a sua motivação inicial? E porquê o estudo do recenseamento de aves como tese de licenciatura?

JFB: Desde criança que sempre gostei muito de aves. E para as observar usava um processo pouco canónico, uma espingarda de pressão de ar. Quando abatia um pássaro, levava-o para casa, estudava-o, via a plumagem. E tive um professor muito importante, que era um pastor, analfabeto, que quando eu comecei a falar com ele, com uns 6 ou 7 anos, dizia que tinha 90 anos. Morreu quando eu tinha 20 e poucos anos... Era um homem muito interessante, desprendido e sábio. Foi ele que me começou a ensinar as aves. Naquela altura, em Portugal, praticamente não havia publicações sobre ornitologia. A única coisa que existia era o livro do rei D. Carlos, que cobre só uma parte das aves de Portugal. Mas era a única coisa que havia em português e que era, para mais, de difícil acesso. Depois começaram a aparecer os guias de aves em inglês. Em 1962, quando estava no segundo ano de agronomia, chumbei. Foi o ano das greves [estudantis] e foi o único chumbo da minha vida. Não tivemos aulas até maio, a época de exames foi mesmo uma catástrofe. A minha mãe tinha ficado viúva com 38 anos e eu tive uma certa vergonha. Então fui bater à porta dos Serviços Florestais e consegui lá emprego. O diretor dos serviços de caça, dentro dos Serviços Florestais, de quem depois me tornei muito amigo, o Engenheiro Saldanha Lopes, ele próprio interessava-se por aves. E isso foi o meu início nos Serviços Florestais, onde montei um sistema de avaliação das migrações das aves com fichas perfuradas.

Depois entusiasmei-me pelo tema e tive a ideia, que toda a gente achava muito fantasista, de fazer a minha tese sobre censos de aves. O meu professor era o Professor Baeta Neves. Tinha vários, mas o Professor Baeta Neves entusiasmava-se muito com o meu próprio entusiasmo pela conservação da natureza e pela ornitologia. A ornitologia era uma coisa que ele não dominava e achava

interessante que eu me dedicasse a um tema que ele abordava pouco. Mas ele, ao princípio, achou estranho. Lembro-me muito bem, acho que estava disposto a dizer-me que não. Mas fiz esse trabalho, que ele depois avaliou com 19 valores. E eu fiquei muito “babado”. Pronto, é um pouco o meu início.

FA: Tendo em conta esse percurso inicial, como é que o fogo surge como objeto de interesse científico?

JFB: O fogo surge de uma maneira muito diferente. Nos Serviços Florestais eu era normalmente incumbido de contactar as pessoas de língua inglesa que vinham a Portugal. O que eu gostava imenso, porque através dessa função conheci uma data de gente interessante. O primeiro de quem fiquei amigo e que acompanhei durante mais de um mês no norte de Portugal foi o Professor David Klein, que era professor de ecologia na Universidade de Fairbanks.² Um dia estávamos, salvo erro, no Soajo. Uma tarde de setembro, daquelas muito bonitas com um sol poente. E estávamos a observar as vacas, as pessoas no campo, e havia uma queimada. Eu voltei-me para o Klein e disse-lhe: “Sabe, só é pena é que eles queimem tanto”. Ele olhou para mim e disse: “Tanto? Achas que se eles queimassem demais sobreviviam?” Na cabeça de um silvicultor português daquela época foi uma surpresa. O fogo era o inimigo número um dos silvicultores e só se falava do fogo numa perspectiva de incêndio. Ele depois perguntou-me se alguma vez tinha ouvido falar no Komarek e que eu tinha que o conhecer. Passado um mês, recebi um telegrama do Ed Komarek³, a dizer que ia passar em voo da Índia para a América, mas que o Klein lhe tinha falado e ele tinha pedido para parar em Lisboa para me conhecer. Então fui ter com ele ao hotel. Nunca era ele sozinho, era ele e a Betty, o casal Komarek. Demos a primeira volta pelo país e aí acabou por nascer uma grande amizade. E eu aprendi imenso, porque eram duas pessoas fantásticas, humana e cientificamente.

FA: Pode então dizer-se que o seu interesse pelo fogo surge de uma maneira circunstancial. Quem é que se ocupava de incêndios no Instituto Superior de Agronomia?

JFB: No curso de agronomia, ninguém. Na cadeira dedicada à silvicultura falava-se vagamente que um dos problemas das florestas eram os incêndios. O Professor Azevedo Gomes, que era um enormíssimo professor, não me lembro de o ter ouvido referir-se a incêndios. O Professor Baeta Neves, que era mais ligado à Proteção da Natureza, preocupou-se mais com os incêndios. Aliás, escreveu várias coisas sobre incêndios. Mas o tema do fogo como elemento natural, em agronomia, não era coisa

que se conhecesse. Eu estava em agronomia, chumbei em 1962 e mudei depois para o curso de silvicultura. Durante os três anos até 1965, quando me formei, o tema dos incêndios não foi especialmente discutido.

Miguel Carmo (MC): Na nossa investigação cruzámo-nos com o trabalho do Engenheiro Bello Dias durante a década de 1950, da Direcção Geral de Serviços Florestais e Aquícolas, conheceu-o?

JFB: O Bello Dias foi meu colega. Era mais velho que eu uns 12 anos, por aí. E era a pessoa nos Serviços Florestais que estava encarregue de fazer os relatórios dos incêndios, de recolha das áreas ardidas. Era ele que compilava todos os dados que havia sobre os incêndios em Portugal. Portanto, a visão dos Serviços, era muito a perspectiva do fogo como elemento inimigo do [engenheiro] florestal. A chegada do Komarek foi, na minha cabeça, uma revolução.

MC: E como é que essa geração mais antiga de engenheiros silvicultores lidou com as ideias do Komarek?

JFB: Eu acho que aquela geração mais velha do que eu ficou muito de pé atrás. Olhavam para as ideias do Komarek com uma certa distância. Dos mais velhos não foram muitos os que aderiram. Acho que a ideia do incêndio infernal lhes estava de tal maneira inculcada que tiveram dificuldade em digerir as novas ideias. Dos mais velhos, houve um que aderiu imediatamente, que foi o Joaquim Moreira da Silva, que nessa altura era chefe da circunscrição do Porto. Achou logo que o Komarek trazia uma lufada de ar fresco e uma ideia completamente nova sobre a floresta. E também o Lino Teixeira, que era administrador em Arganil, que, não com tanto entusiasmo como o Moreira da Silva, achou que as ideias do Komarek davam que pensar e que havia que reformular a visão que havia nos Serviços Florestais relativamente aos incêndios.

MC: Lembra-se se houve algum seminário, algum encontro, onde outras pessoas conheceram o Komarek?

JFB: Sim, sim. Sempre que cá tínhamos estrangeiros, achava que era muito egoísmo andar só eu com eles. De maneira que, como estava nos Serviços Florestais e no Instituto de Agronomia, tinha normalmente facilidade de reunir pessoas e pô-las a falar. E fiz isso com o Komarek, sempre que ele veio a Portugal. E com o David Klein. Normalmente conseguia que eles falassem no Instituto de Agronomia e, sempre que possível, nos Serviços Florestais.

Inês Gomes (IG): Antes da vinda do Komarek, como é que os silvicultores e os Serviços Florestais lidavam com o uso do fogo pelas populações?

JFB: Eu diria mal. Mas se calhar estou a ser um bocadinho injusto. Se ler o livro do Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uivam*, aquilo que a opinião pública retirou desse livro é que a população tinha os silvicultores como grandes inimigos. Não é verdade. No livro há um silvicultor que

² David Robert Klein (1927-2020), ecologista estadunidense da Universidade de Alaska Fairbanks.

³ Edwin V. Komarek (1909-1995) foi um biólogo e ecologista que desempenhou um papel central na fundação da Estação de Investigação de Tall Timbers, na Flórida. É também reconhecido como um dos principais defensores dos benefícios ecológicos do fogo.

é amigo das populações e há outro que é mal visto pelas populações. E isso era a realidade. Havia colegas meus, talvez até porque tivessem raízes mais perto da terra, que tinham muito boa ligação com os locais. Havia outros que tomaram uma atitude, que eu acho que foi infeliz, que era uma atitude repressiva. A primeira coisa que faziam quando chegavam às suas circunscrições era falar com a Guarda Nacional Republicana e dizer que os fogos estavam proibidos. Houve sítios onde a chegada de alguns silvicultores criou atritos locais. E, criando atritos, aumentam os fogos. Mas acho que não foi a regra. Penso que não terá sido a regra. Mas sei que havia muitos colegas que entendiam a necessidade que as pessoas tinham de usar o fogo e que tentavam que as coisas se fizessem sem que prejudicassem as arborizações.

FA: Nas pesquisas que realizámos no Instituto Superior de Agronomia encontrámos três teses de licenciatura, do final da década de 1970, que abordam o fogo como ferramenta para melhorar o habitat cinegético, melhorar as pastagens e prevenir grandes incêndios. Parece-lhe que estas teses poderão ser um reflexo da influência dessas visitas de Edwin e Betty Komarek a Portugal?

JFB: Penso que sim. O Komarek era de uma inteligência fulgurante. Era uma pessoa que entusiasmava quem o ouvia. Há uma coisa que é certa e que se deve a ele, que é a viragem do fogo como inimigo para o fogo como elemento ecológico presente que é indispensável considerar. Tenho ideia de que uma das pessoas que foi mais tocada pelo Komarek foi o Francisco Castro Rego. E isso influencia logo Vila Real [UTAD]. Também houve pessoas em Coimbra e lembro-me até que se fizeram ensaios de fogo controlado na Lousã. Mas não sei quem lá estava. A minha memória é fraca.

FA: Mas, portanto, não seria abusivo dizer que a constituição desse novo campo de estudos entre os silvicultores portugueses acaba por estar associada a esta mudança de perspetiva?

JFB: Sim. E claramente ligada às visitas quer do David Klein, quer do Komarek. O David Klein com uma abordagem mais geral, mas muito interessante, uma visão ecológica, que não existia muito entre os colegas silvicultores. Havia mais a visão da arborização, da plantação de árvores. A visão da integração num panorama ecológico não era tão frequente. E acho que quer as visitas do Klein e do Komarek, quer a influência do Professor Baeta Neves, foram muito importantes nesse sentido. E também do Professor Azevedo Gomes.

IG: E o Engenheiro Lagrifa Mendes?

JFB: O Lagrifa tem um papel determinante. Foi o responsável pela criação do Parque Natural do Gerês, que é inaugurado em 1970, no Ano Europeu da Conservação da Natureza. O Lagrifa foi o primeiro diretor de um parque natural em Portugal. E é o Lagrifa que traz a Portugal o

David Klein. Porque se tinham conhecido num encontro da FAO [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura] e o Lagrifa tinha ficado muito impressionado com as ideias dele, por isso convidou-o para vir cá. O Lagrifa, quando vinha aos Serviços Florestais, os colegas estavam todos em tarefas burocráticas, mas eu estava agarrado aos livros de ornitologia. E ele achava muita graça, chamava-me “meu cientistazinho”. E vinha ver o que é que eu estava a fazer. Quando o Klein chegou ao Gerês, ele telefonou ao meu diretor de serviço, o Saldanha Lopes, e disse “manda-me aí o meu cientistazinho para ele servir de intérprete”. E eu fui para o Gerês servir de intérprete ao Klein.

IG: Há pouco falou do Joaquim Moreira da Silva. Numa das suas conferências, em 1981, intitulada “Alguns aspetos ecológicos e sociais relacionados com o fogo”, ele fala muito da importância do conhecimento local e da necessidade de se realizarem inquéritos para recuperar o conhecimento tradicional do fogo que se estava a perder. Tem ideia se esses inquéritos alguma vez foram feitos?

JFB: Não sei. Isso quem poderá dizer é a filha do Moreira da Silva. Sei que o Komarek insistia muito nisso. Ele dizia que “os mais velhos de certeza que sabem, vão aprender com eles como é que devem fazer”. É uma coisa que o Komarek chamava muito a atenção. Ele dizia: “Eu sei como é que se faz na minha terra. Mas a vossa vegetação é diferente. Vocês têm que aprender a fazer com a vossa vegetação e com as vossas épocas do ano”. Por exemplo, eu fiz queimadas com ele na Georgia [EUA] e, em março, assim que a chuva acabava e começava a primavera, eles faziam as queimadas. Mas ele aqui aconselhava-nos a fazer sobretudo as queimadas de outono. Porque aqui as queimadas da primavera, se se fazem fora da época, matam as plantas que já estão a nascer. Em Portugal, as queimadas da primavera podem fazer rarear várias espécies vegetais. Ele aconselhava-nos a queimar em outubro.

FA: No programa televisivo que coordenou, na RTP, na década de 1990 [*Matas, Bosques e Brenhas: Florestas Portuguesas*], refere que apesar desta mudança de sensibilidades, nunca se impôs verdadeiramente a prática do fogo controlado como técnica generalizada nos Serviços Florestais. Porquê?

JFB: Tenho uma experiência um bocadinho anedótica com o meu colega Lino Teixeira, que era administrador florestal em Arganil. Como disse anteriormente, quando o Komarek ou o Klein vinham, eu tentava juntá-los com mais pessoas. Um dia reunimos várias pessoas em Maфра, entre as quais estava o Lino Teixeira, e fomos todos para o campo. E eu pedi à Betty para nos mostrar como é que se usava a *drip torch*. Estava a choviscar, mas eu pedi para pôr só um bocadinho para eles verem. Fez-se uma linha de fogo. Claro que ardeu muito pouquinho. Foi tudo para a frente e o Lino Teixeira ficou para trás. Estava

a chover, mas ficaram umas chamas e o Lino Teixeira estava com medo de fazer um incêndio e foi apagar. Não fosse Mafra arder. De facto, a conceção que os Serviços Florestais tinham do fogo era assim uma coisa...

FA: Verdadeiramente, nunca se impôs o uso do fogo controlado.

JFB: Eu acho que foi sobretudo o Moreira da Silva que, de facto, fez uso do fogo controlado. Nós fizemos em Mafra. Usei, sempre que pude, fogo em Mafra. Até fui chamado ao diretor-geral porque tinham telefonado da Guarda Republicana de Sintra para os Serviços Florestais, a dizer que estava um engenheiro silvicultor a fazer fogo em Mafra.

MC: Consegue descrever o fogo controlado que faziam em Mafra? Como é era o procedimento?

JFB: Em Mafra havia um guarda-florestal, que era o chefe dos guardas na tapada, o mestre Oliveira. E um dia cheguei ao pé dele e disse que ia fazer um fogo. Ele respondeu-me: “Dentro da tapada? Não me desgrace!” Não me esqueço da frase dele. “Não me desgrace!” Eu disse-lhe que ia ver que até era bom. E cheguei à conclusão, experimentando, que na tapada de Mafra, no final de setembro, mesmo antes de chover, as encostas viradas a norte, ou viradas ao mar, é extremamente difícil pô-las a arder. O que para o mestre Oliveira foi uma surpresa. Ele, de facto, ficou surpreendido, porque em alguns sítios não conseguíamos fazer queimadas. Portanto, o nosso bombeiro é a própria geografia. E isso é muito difícil de meter na cabeça das pessoas. As pessoas do campo sabem. Mas os silvicultores não sabem.

MC: E qual era a opinião do Klein e do Komarek sobre os projetos de arborização portugueses? Tinham um discurso sobre isso?

JFB: Eles achavam um disparate as plantações maciças de pinheiro-bravo. Achavam que isso era a origem dos incêndios. De facto, em sítios onde o fogo ainda é utilizado como ferramenta agrícola, como é que as pessoas do campo se libertam dos silvados? Mesmo que sejam os silvados agarrados a um muro. Queimando. Portanto, o fogo é tão utilizado como a enxada ou como o machado na maior parte do nosso território. Naquela altura era, hoje menos. O fogo estava sempre presente. Se a silva está encostada a uma mancha florestal, que são mil hectares seguidos de pinheiro, o culpado do grande incêndio é o homem que vai tirar as silvas da horta? Ou é quem lá pôs mil hectares de pinhal?

FA: Na mesma série na RTP referia ainda a questão fundiária e o abandono rural como aspetos centrais no aumento dos grandes incêndios. Ainda hoje considera que são causas importantes?

JFB: Eu hoje estou menos informado do que estava naquela época. Mas julgo que alguns problemas, provavelmente, agravaram-se. Porque o grande problema a norte do Tejo é o minifúndio. As pessoas

não têm rendimento do minifúndio, emigram, e fica uma terra para ali. Às vezes, quando os filhos voltam, é muito frequente não saberem que a terra lhes pertence. Isto é frequente nas Beiras e em algumas zonas de Trás-os-Montes, do Minho. E o que é que acontece aí? Se há pinheiros ao lado, nascem pinheiros lá. Mesmo não havendo pinheiros, nascem sempre matos e esteva. Portanto, as condições para arder são gravíssimas.

MC: Voltando à sua infância em Castelo de Vide, acompanhou alguma queimada nessa altura? Viu como é que se fazia? Qual era a lógica subjacente?

JFB: Acompanhei algumas, relativamente de perto. Na minha juventude havia mais gado e havia mais agricultura do que há hoje em dia. Mas, apesar de tudo, havia sempre uns sítios com muitos afloramentos rochosos, onde os solos são fracos. E a tendência nesses sítios é para crescer o mato. O mato pode ser relativamente controlado até aos 2, 3 ou 4 anos. A partir daí o gado deixa de o conseguir controlar e, portanto, é a altura em que as pessoas utilizam o fogo. E é relativamente fácil. Sobretudo, naquelas zonas em que as áreas de mato são circundadas por agricultura, aí é relativamente fácil fazer queimadas no outono. As pessoas em Castelo de Vide não queimam na primavera. Deve haver um conhecimento qualquer, transmitido de geração em geração. Mas ali nunca se queima na primavera. E, de facto, os cientistas confirmam que as queimadas na primavera ali diminuem a variedade da vegetação. Portanto, é um conhecimento ancestral. Aconselhava-vos a visitarem zonas onde se façam queimadas no outono e a visitarem-nas uma ou duas semanas depois. Sobretudo depois das primeiras chuvas. Porque a riqueza da vegetação que vem a seguir ao fogo é, de facto, impressionante. Para já, a primeira consequência é que, com a queima, as cinzas todas caem no solo e todos os nutrientes que estavam retidos na vegetação, assim que vêm as primeiras chuvas, são incorporados no solo. É uma fertilização. O fertilizante mais antigo que os gregos usavam já eram as cinzas. As cinzas da vegetação vão enriquecer o solo. Por outro lado, há uma alteração completa dos cobertos, porque o que estava à sombra passa a receber luz. Outra alteração é que tudo quanto tinha sementes, deixou-as cair no solo. Portanto, a seguir a um fogo, é muito interessante olhar para a terra e ver o que está a acontecer. Os primeiros a responder normalmente são os trevos. Começa a aparecer trevo em todo o lado. Depois vêm as gramíneas. O que, aliás, é muito interessante, porque essas gramíneas são úteis para uma queimada futura, pois, se não se deixar o mato chegar muito alto, as gramíneas que resultaram do fogo anterior são matéria combustível suficiente para fazer progredir uma queimada ao fim de três ou quatro anos.

FA: Para terminar, quero agradecer-lhe, em nome desta equipa, da Inês, do Miguel e da Luísa Homem, a forma simpática e muito generosa como nos recebeu.

JFB: Eu é que vos agradeço, porque acho que é um tema muito importante para levar ao público. Acho que é importante conseguir esta mudança de que o fogo é um elemento da nossa ecologia, que o fogo está sempre presente entre nós e existirá sempre. E mais, que seremos completamente estúpidos se não o considerarmos como um aliado. Temos que o considerar como um aliado. Como alguém diz: como inimigo, é o pior dos inimigos. Mas como aliado, em certas circunstâncias, é o melhor dos aliados. Encarar o fogo como um elemento que faz parte da ecologia, que faz parte do sistema natural e que nós podemos utilizar em nosso benefício, desde que tenhamos inteligência para isso, acho fundamental.

"A economia de montanha vivia sobretudo do pastoreio"
Entrevista com João Castro Caldas

Miguel Carmo (MC): Bom dia. O primeiro grupo de questão, a que chamámos notas biográficas, tem por objetivo recuar à sua infância e juventude e perceber se nessa fase da sua vida houve algum tipo de relação com o fogo, nomeadamente em Arcos de Valdevez que identifica como as suas raízes nas *Crónicas em Terras de Valdevez* [2021].

João Castro Caldas (JCC): Eu nasci em Lisboa, em 1946, e vivi em Lisboa a vida toda. Mas vivo nos Arcos de Valdevez há dez anos e a família do lado do meu pai era toda de lá. São raízes fortes e também raízes associadas às férias grandes de verão, que incluíam garantidamente os meses de Julho, Agosto e Setembro. Do lado materno, íamos para a Lousã, que também tem muito que se lhe diga em matéria de fogos. Era um mês na Lousã, um mês em Arcos de Valdevez e um mês na praia. Durante a minha vida só houve um verão que eu não fui aos Arcos. A partir de 1951, 1952, quando começo a ter consciência, lembro-me das queimadas, que se viam ao longe nas serras. Via-se arder e o fumo, mas ficava tudo pacífico na vila, não havia toques para bombeiros, nem coisa nenhuma. Era um assunto dos montanheses, que geriam o fogo e a queimada que tinham feito. Sobretudo, nunca havia chamada de bombeiros. E não tenho nenhuma memória de ver um fogo urbano, nunca me aconteceu.

Na vila da Lousã, no sopé da serra, viam-se as aldeias lá em cima, espalhadas pela serra. Uma memória que guardo da infância é a iluminação a chegar às aldeias e quando chegou à última já não havia nenhum habitante. Já tinham fugido todos. Esses montanheses da Lousã tinham uma economia assente no fabrico de carvão, faziam e vendiam carvão. Portanto, os fogos eram comuns e nunca ninguém dizia: "Olha um fogo". Diziam: "Olha uma queimada".

MCC: Essas queimadas tinham um momento do ano em que ocorriam?

JCC: O momento do ano era quando eu estava de férias, o resto do tempo não sei [risos]. A principal função destas queimadas era a regeneração dos pastos, quando ainda havia economias de pastagem na serra. Nos Arcos, que é o que eu conheço melhor, a economia de montanha vivia sobretudo do pastoreio do gado. O milho dificilmente chegava lá acima, o cereal dominante devia ser o centeio e o vinho também parava a determinada cota [de altitude]. Dentro das casas das pessoas, quando ainda não havia botijas de gás, ardiam os matos e lenhas da serra, quer para produzir calor, quer para cozinhar. Além disso, os matos eram usados para fazer os estrumes. Portanto, toda a carga combustível era consumida pelas comunidades agrícolas, montanhesas e pastoris. Havia muito pouco para arder.

A florestação ia avançando, mas relativamente devagar. Aliás, contaram-me que o Engenheiro Silvicultor responsável pela arborização tinha instruções para arborizar até uma determinada cota e depois ia ter com as populações para dialogar e dizia sempre que era mais para baixo, que eram as instruções de Lisboa que tinha recebido e depois em discussão chegavam à cota obrigatória com as populações agradecidíssimas com o Sr. Engenheiro que tinha enganado as pessoas de Lisboa.

MC: A arborização que refere começou quando?

JCC: O que está escrito é que começa a partir dos anos 1930, depois há o *Reconhecimento dos Baldios do Continente* [1939]. Portanto, na década de 1950 ainda estava a caminhar essa florestação. Mas não tem nada a ver com a paisagem que se vê hoje, que é muito mais desordenada. Na verdade, hoje no verão parece-me perigoso subir lá acima, à zona da serra, pois há uma carga combustível brutal que está ali à espera de uma faísca para arder. O que as populações consumiam era imenso, tinha de ser. Aquilo era densamente povoado, no inverno tinham que se aquecer e todos os dias tinham de cozinhar e o gás ainda não tinha lá chegado.

MC: Em que ano começou a licenciatura em agronomia?

JCC: Em 1965.

Frederico Ágoas (FA): Lembra-se se, por essa altura, estes usos tradicionais do fogo que tem vindo a referir eram discutidos no âmbito da agronomia?

JCC: Vocês dificilmente imaginarão o que era o ensino no Instituto Superior de Agronomia em 1965. A maioria dos mestres dava as aulas a ler as sebatas que tinham sido preparadas por eles. O ensino era muito pouco estimulante no Instituto. Guardo boa memória dos professores António Manuel Azevedo Gomes e António Monteiro Alves na cadeira de Silvicultura Geral, que era a única sobre silvicultura no curso de agronomia. Mas não tenho ideia de que se falasse de fogo, nem na Silvicultura Geral, nem na cadeira de Agricultura lecionada por Ário de Azevedo. Não recordo.

MC: O professor dedicou uma parte importante do seu trabalho aos regimes de parceria nas explorações do sul [e.g. *Terra e trabalho: parcerias e parceiros*, 2001], onde identifica o papel decisivo dos seareiros nas arroteias e desbravamento de terras com recurso ao fogo. Refere, por exemplo, que roçavam e queimavam o mato que vendiam depois de fazerem carvão.

JCC: É evidente que as arroteias da Campanha do Trigo foram todas feitas com fogo. E com base nos seareiros.

MC: E depois da arroteia, dos terrenos estarem libertos dessa biomassa combustível, tem ideia se o fogo permaneceu como ferramenta neste tipo de exploração?

JCC: Não tenho conhecimento direto, mas tenho conhecimento do que aparecia escrito nas monografias. O fogo era importante para regenerar. Há escritos sobre isso, mas não tenho essa vivência.

FA: Na década de 1960 começam a aparecer alguns incêndios de relevo, que despertam a atenção das autoridades públicas. Depois, na década de 1970, identificámos algumas teses de licenciatura em silvicultura, no Instituto Superior de Agronomia, que procuravam recuperar os usos tradicionais do fogo como ferramenta de gestão silvícola e cinegética. Lembra-se se houve algum reflexo desta mudança no campo da agronomia?

JCC: Não me lembro. Penso que seria uma conversa sobretudo entre silvicultores. O engenheiro silvicultor tinha um poder quase militar localmente, os guardas florestais faziam continência ao engenheiro silvicultor. Portanto, eram eles, de facto, os guardiões do fogo. Havia uma implantação efetiva dos Serviços Florestais no terreno. Ainda não eram os bombeiros. Depois, enquanto houve populações no campo, os fogos eram também e sobretudo um problema das populações.

FA: Socorrendo-se da sua experiência no Instituto e das suas vivências na Lousã e em Arcos de Valdevez, zonas que foram também arborizadas, tem memória de conflitos entre as populações e os Serviços Florestais em torno do avanço da florestação estatal?

JCC: De ouvir contar e particularmente de um engenheiro silvicultor dos Arcos que era um contador de histórias magnífico. Passei muito com ele pela serra. Do que me lembro, quando começou a chegar à opinião pública o problema dos fogos, o que as pessoas perguntavam imediatamente era: “Quem é que pegou fogo a isto?” Não tendo noção que a carga combustível era agora muito maior, assim como o risco de incêndio. O primeiro grande incêndio que marcou muito a opinião pública foi o da serra de Sintra [em 1966]. Porque era a serra de Sintra, ao lado de Lisboa, e morreram militares no combate. Mas depois só com o 25 de Abril [de 1974] é que me lembro de se começar a falar muito

dos incêndios. No verão quente de 1975, em que foram incendiadas sedes de partidos políticos, era difícil que os incêndios florestais não fossem também associados à luta política. Qualquer coisa que acontecesse era associada ao confronto político. Aliás, a questão foi muito politizada. Uns diziam que eram os comunistas, outros diziam que eram os fascistas, o fogo posto era a questão central. Depois houve a fase de acusar os madeireiros, que supostamente poriam fogo para comprar a madeira queimada.

FA: Não se poderá dizer que os fogos da década de 1950 e 1960, na luta em torno dos baldios, era também politizada?

JC: Eu acho que não era politizado, era sentido pelas populações. Mas, como se sabe, tudo o que era político tinha a PIDE atrás. Havia, naturalmente, técnicos que eram politizados, mas nas populações era um sentir comunitário das alterações impostas. Era sentido na pele que aquilo não dava: “Se põem árvores, não há rebanho, se não há rebanho, para onde é que eu vou?” Os rebanhos e as folhas de cultura, que normalmente também existiam nos baldios.

MC: Pensando que uma das formas de olhar para o problema dos incêndios é olhar para a transformação agrária e rural que mudou a face do interior do país, quais poderão ser hoje os contributos das ciências agronómicas?

JCC: Acho que há aí duas vertentes. Essa que já foi referida do abandono, das pessoas terem ido embora e terem deixado de utilizar a matéria combustível que usavam anteriormente. E a outra são as alterações climáticas, que com certeza também devem ter influência no regime de incêndios. O que eu acho é que sem pessoas a viver no território é difícil gerir o território. Sem gente é muito difícil um território defender-se dos incêndios, a não ser por técnicas florestais. Tenho conhecimento de áreas florestais nos Arcos em que um rebanho de cabras é extremamente eficaz.

FA: Quando se refere o êxodo rural português, normalmente fala-se de um processo incontornável que acompanhou a modernização do país e da própria Europa, mas não poderíamos dizer também, tendo em conta o conflito entre o povoamento florestal do Estado Novo e as populações serranas que uma parte dessas populações saiu porque foi expulsa?

JCC: Foi expulsa, efetivamente. Mas essa expulsão acelerou um processo, porque as pessoas acabariam por sair se tivessem essa oportunidade. Porque eram vidas muito duras e muito difíceis. Fala-se sempre muito dos assalariados rurais alentejanos, dos temporários, em que há descrições de aldeias onde a população toda, durante o verão, estava deitada com água ao lado e não se mexia para não gastar energias, devido à fome. Mas no norte e no centro não era diferente, até podia ser pior. O que

sobrava de uma agricultura familiar no norte não era nada. Era tudo consumido. Era muito difícil. Portanto, essa migração foi por impossibilidade de continuar com esses modos de vida. Hoje em dia, quando se fala muito de regresso a sistemas de produção antigos, temos que considerar que aquilo era extremamente pesado. Portanto, de facto, o avanço da floresta sobre os baldios expulsou, mas expulsou uma população que estava disposta a abandonar o campo logo que pudesse.

MC: Essa tensão entre fugir e ser expulso é bastante interessante do ponto de vista da análise histórica. Outra forma de esclarecer o êxodo rural em Portugal seria comparar com outros contextos. No contexto europeu houve, seguramente, um esvaziamento e uma transformação agrária profunda. Mas há países que tiveram êxodos muito marcados e outros países que não. É o caso de França. Será que esta comparação nos traz alguns esclarecimentos?

JCC: A propósito disso, vou-lhes contar uma história. No final do liceu, fui numa excursão a França. E quando éramos recebidos nas aldeias e eu via o que era um *paysan* francês, pensava em Arcos de Valdevez e via a diferença. A memória que eu tenho da infância, sobretudo dos caseiros e da pequena agricultura familiar no norte, só encontrei, mais tarde, quando tive um projeto na China e conheci a China profunda. Aí encontrei aldeias que eram os Arcos da minha infância. Aqueles camponeses também estavam a trabalhar no limite da subsistência. É uma realidade que não tem nada a ver com o camponês francês.

FA: Pegando nesse arco cronológico de mais de cinquenta anos, e tendo em conta essa imagem que nos deu do Minho de meados do século XX, que diferenças é que encontrou mais recentemente quando regressou ao *Inquérito à Habitação Rural*, com Fernando Oliveira Baptista e Célia Leite Ferreira [*As Casas e as Famílias: Entre Douro e Minho depois do Inquérito Rural à Habitação Rural (1943)*, 2023]?

JCC: O *Inquérito à Habitação Rural* foi publicado em 1943, os inquéritos devem ter sido feitos em 1939, 1940. O guião do inquérito, do Eduardo A. Lima Basto, era uma coisa com um detalhe enorme, chegava aos talheres, ficava-se com um retrato completo da família. Nós conseguimos, através da Célia, que teve um papel de verdadeira detetive, localizar as casas que tinham sido inquiridas e recuperar a história das pessoas que sucederam nessas casas. O resultado foi que, se para o Lima Basto o inquérito procurava ser um retrato da maneira como se vive e, sobretudo, como se morre no campo em Portugal, este livro tornou-se num retrato de como mudou. Porque só em dois casos é que se manteve a atividade agrícola. De resto, há de tudo. Emigração, utilização da casa para turismo de habitação, uma casa que foi reconstruída e tinha um Porsche à porta. É um retrato da mudança. Não aparecem é fogos [risos].

FA: Agradecemos muito esta oportunidade. A memória viva dos usos tradicionais do fogo, no norte e no centro, assim como a sua experiência académica e científica sobre a transformação agrária no mundo rural é muito relevante para entender a história do fogo em Portugal.

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o interesse e participação dos professores Raquel Soeiro de Brito, João Filipe Bugalho e João Castro Caldas, a quem agradecemos a possibilidade destas entrevistas. A preparação da série de entrevistas contou com a colaboração das restantes investigadoras do projeto FIREUSES, Ana Isabel Queiroz, Joana Sousa, Marta Nunes Silva e Bárbara Direito. Gostaríamos de deixar um agradecimento especial à realizadora Luísa Homem, que filmou e editou as três entrevistas que podem ser vistas em versão integral na página do projeto (<https://projetos.dhlab.fcsh.unl.pt/s/fireuses/page/entrevistas>). O projeto FIREUSES recebeu financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, FCT, I.P. (PTDC/HAR-HIS/4425/2021) durante o período 2022-2025.